

CONTAS PÚBLICAS

Dívida Pública

Secretário do Tesouro Nacional afirma que dinheiro economizado em janeiro mostra rigidez na política fiscal e solidez das finanças do país

Governo poupa R\$ 8,4 bi para pagar juros da dívida

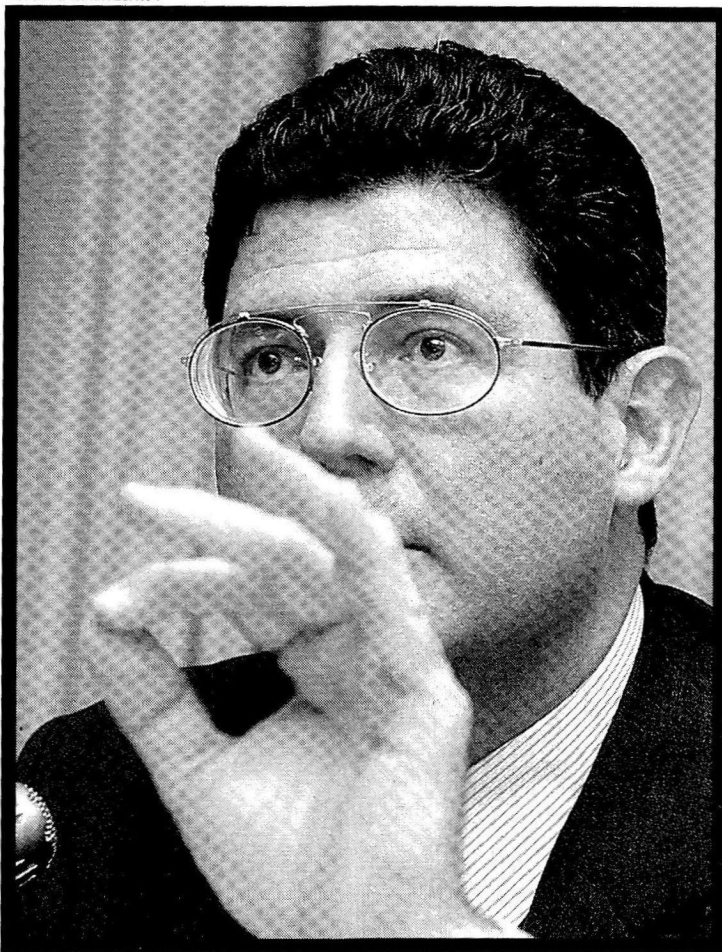
Rose Brasil/ABR/28.1.04

O Tesouro Nacional, o Banco Central (BC) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizaram juntos uma economia de R\$ 8,4 bilhões em janeiro, equivalente a 5,46% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse resultado estão contabilizadas todas as receitas e despesas, excluindo os gastos com juros.

O resultado, conhecido no jargão econômico como superávit primário, foi o melhor desde abril de 2003. Esse valor é 16% superior ao registrado em janeiro de 2004, quando as contas foram positivas em R\$ 7,199 bilhões (5,37% do PIB). Para Levy, isso confirma que a equipe econômica não está relaxando a política fiscal, como dizem muitos críticos do governo. Em termos reais, descontada a inflação, a expansão foi de 5,5%, um valor próximo do crescimento do PIB no período, segundo Levy. "Isso significa que não há nada surpreendente nesse volume de despesas", afirmou.

Aos que vêm pregando um aumento maior no superávit primário para 5% ou 5,5% do PIB, como forma de tornar mais eficiente a política de juros conduzida pelo BC, o secretário foi taxativo: "A meta de superávit primário de 4,25% para este ano é adequada" às necessidades do país.

O dinheiro será usado, principalmente, no pagamento dos juros da dívida pública. Mas parte do superávit deste ano poderá ser consumida com investimentos incluídos num programa piloto com o Fundo Mo-



LEVY, DO TESOUREIRO NACIONAL: NÚMEROS MOSTRAM QUE NÃO HÁ RELAXAMENTO

netário Internacional (FMI). O Brasil poderá investir até US\$ 1 bilhão por ano até 2007 em projetos que deem retorno econômico para o país. Isso deverá reduzir em cerca de 0,15 ponto percentual a meta de superávit primário do ano, que cairia para 4,10% do PIB.

Gastos sobem

De acordo com o secretário do Tesouro, comparativamente a janeiro de 2004, no mês passado houve um aumento de 13,7% das despesas totais do Tesouro. Só os gastos com pessoal e encargos sociais cresceram 7,4% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Com isso, o valor destas despesas passou de R\$ 7,606 bilhões para R\$ 8,171 bilhões. Essas elevações, no entanto, argumenta Levy, acompanham o crescimento da economia. "Não há nada surpreendente com as despesas. Alternativamente, pode-se pensar em ter gastos reais estabilizados. Essa é uma meta legítima, mas ambiciosa", disse o secretário.

Segundo ele, somente o Tesouro Nacional conseguiu um superávit primário de R\$ 10,822 bilhões. E isso apesar de o governo federal ter aumentado em R\$ 1,9 bilhão o total de recursos transferidos para estados e municípios. Também contribuiu para o bom resultado das contas públicas a redução em R\$ 556 milhões do déficit na Previdência Social. As contas da Previdência apresentaram déficit primário de R\$ 2,450 bilhões, contra R\$ 3,006 bilhões no mesmo período do ano passado.

Na avaliação do secretário, esses números falam por si. Ainda assim, ele disse considerar "excelente" a iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) de encaminhar propostas ao governo para melhoria dos gastos. Para ele, o debate é importante. O debate aumentou em função da Medida Provisória 322, que eleva a carga tributária das empresas prestadoras de serviços, e ganhou peso com a discussão sobre o impacto da política fiscal sobre a demanda da economia. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, chegou a classificar de "câncer" o aumento dos gastos públicos.